

## PREFÁCIO

Em setembro de 1977 recebi o convite de um professor do IUPERJ, que eu ainda não conhecia, para que fosse ao Rio falar sobre a transição democrática e os empresários. Ele provavelmente havia lido uma série de artigos meus na *Folha de S.Paulo*, nos quais eu anunciava que a transição democrática estava começando porque um fato novo – o conjunto de medidas autoritárias tomadas em abril daquele ano, que ficaram conhecidas pelo nome de Pacote de Abril, havia afinal levado a burguesia, que desde 1964 estava fechada com o regime militar, a iniciar a ruptura dessa aliança de classes. Quando terminei minha fala, percebi que o convite não havia partido apenas de Renato Boschi.

Uma bela jovem levantou-se e começou a apresentar objeções à minha tese segundo a qual o fato histórico novo que iria determinar a democratização do país era a mudança de posição dos empresários industriais, que haviam se associado à tecnoburocracia civil e militar para levar adiante a industrialização, mas já não se revelavam mais dispostos a aceitar sua tutela nesse empreendimento. Essa jovem era Eli Diniz.

Começava assim uma longa e profícua amizade e colaboração entre o economista que entende essa disciplina como economia política e os hoje ilustres cientistas políticos que sempre perceberam que é impossível separar radicalmente a ciência política da economia, o Estado do mercado. Dessa semelhança de pontos de vista resultou inclusive um artigo com Eli Diniz, “Empresariado industrial, democracia e poder político” (2009), no qual discutimos a possibilidade de uma nova coalizão de classes desenvolvimentista se formar no Brasil no quadro do governo Lula.

Foi assim com alegria que recebi dos organizadores deste livro – dedicados alunos de Eli e Renato – o convite para escrever este prefácio. E foi com prazer que me pus a ler e principalmente a reler os trabalhos que eles escreveram desde o final dos anos 1970 sobre as relações entre o Estado e a sociedade brasileira, e desta com os empresários industriais. Artigos que começam com uma notável *survey* da literatura brasileira e internacional sobre a relação Estado-sociedade, “Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica” (1977).

Nesse artigo já vemos qual seria o coração da abordagem de Diniz e Boschi. Ela é binária, mas nada simples. De um lado temos a abordagem pluralista, que pode também ser denominada de liberal. É a abordagem da ciência política americana e, portanto, a abordagem dominante. De outro lado, a abordagem corporativista, que também pode ser chamada de desenvolvimentista. De um lado a multiplicidade de grupos de interesse; de outro as classes sociais intermediadas pelo Estado. Em alguns momentos eles se sentem tentados a identificar o pluralismo com a democracia e

o corporativismo com o autoritarismo, como quer o pensamento dominante, mas não se deixam levar por essa artimanha. O pluralismo tem origem no liberalismo, que nasceu autoritário, militantemente contra a democracia; o corporativismo ou o desenvolvimentismo também nasceram autoritários, mas não estão condenados ao autoritarismo. Conforme nossos autores, a dicotomia entre sistema corporativo e sistema partidário expressaria uma polaridade equivocada, tendo em vista o fato do neocorporativismo representar, em essência, a resolução do conflito interclasses – acirrado em muito pelo poder do partido social-democrata – por meio de um acordo coletivo. Sobre tal falsa polaridade, discorrem: “a associação entre o corporativismo é uma herança do autoritarismo a ser superada... Do ponto de vista econômico, o corporativismo ensejou o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento... Do ponto de vista político, ao abrir novos canais de participação, propiciou a incorporação política dos atores emergentes...” (Diniz, Boschi, 1991, p.26).

O Brasil desenvolveu-se enquanto foi desenvolvimentista – entre 1930 e 1980 – primeiro no quadro do modelo de industrialização substitutiva de importações e, a partir de 1967, através de um bem sucedido modelo de exportações de manufaturados. A estagnação dos anos 1980 foi causada pelo equívoco recorrente dos países em desenvolvimento de tentar crescer com endividamento externo. Desde 1980 a economia brasileira está semiestagnada, crescendo 1,1% ao ano *per capita*, enquanto entre 1930 e 1980, crescia 4,1%. Diniz e Boschi ainda não tinham esses números, mas já na segunda parte dos anos 1970 viam o país dominado pelos militares e a economia brasileira, depois do “milagre” de 1968-1973, perdendo dinamismo, e, em busca de explicações políticas para o autoritarismo e o baixo crescimento, voltaram suas vistas para o empresariado brasileiro, particularmente para os empresários industriais; e mais tarde, também para o problema da capacidade do Estado.

Inicialmente, ainda nos anos 1970, quando vivíamos em pleno regime militar, nossos dois autores se deram conta que, para entender a relação Estado-sociedade, não podiam simplesmente aceitar a tese que prevalecia na época do domínio do Estado sobre a sociedade. Mais do que simplesmente matizar essa abordagem que julgaram simplista, eles definiram como seu programa de pesquisa o empresariado, a partir da hipótese de que ele constituía um centro de autonomia potencial da sociedade em relação ao Estado. E através dos anos tornaram-se os grandes pesquisadores do empresariado brasileiro. Diniz e Boschi, porém, nunca apostaram suas fichas na burguesia brasileira. Não a tornaram adversária, mas a viram sempre com cautela. Conforme observaram, “o ideário liberal do empresariado não contempla um compromisso intrínseco com a democracia” (Diniz, Boschi, 2002, p.56). “Historicamente, a classe empresarial, como demonstramos em diferentes análises, notabilizou-se pela ausência de posições ideológicas claramente definidas, revelando um comportamento marcadamente pragmático no que se refere a questões de natureza político-institucional” (Diniz, Boschi, 2002, p.73).

Para que haja realmente desenvolvimento econômico e alcance dos padrões de vida dos países ricos não basta uma classe empresarial ativa; é necessário também um Estado capaz. Eli Diniz discutiu essa questão em “Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no

Brasil dos anos 90” (1995). Ao invés de falar sobre a “governabilidade” teria sido talvez melhor que houvesse falado em “capacidade” do Estado, porque ela é crítica de Samuel Huntington, que definiu originalmente a expressão governabilidade, e porque se associa a James Malloy, Philippe Faucher e Peter Evans, para os quais a capacidade do Estado é central. Em outras palavras, porque sua contribuição é realmente nessa linha. Para ela, a capacidade do Estado se expressa em três dimensões: a primeira é a capacidade do governo para identificar problemas e formular as políticas apropriadas; a segunda diz respeito à capacidade de coordenar os interessados; a terceira, à capacidade de implementar a respectiva política pública. Perfeito. Mas ela entende que o problema principal está na segunda e na terceira dimensões. Para ela, a ingovernabilidade no Brasil não pode ser associada à incapacidade decisória. “O grande gargalo das políticas de estabilização e de ajuste não está no âmbito da formulação, mas no plano da implementação dos programas governamentais” (1995, p.394). A tese é atrativa, mas não creio que se sustente. A alta inflação inercial brasileira (1980-1994) poderia ter sido controlada em 1990, quando o governo se revelou com poder suficiente para realizar um grande ajuste fiscal e uma violenta compressão monetária, mas isto não aconteceu porque os formuladores do Plano Collor não conheciam a teoria da inflação inercial e desequilibraram gravemente os preços relativos no dia do congelamento de preços, o que tornou o reajuste dos preços e a volta da inflação inevitáveis. Desde 1990 o Brasil está semiestagnado porque, ao fazer a abertura cambial, desmontou o mecanismo de neutralização da doença holandesa expresso no chamado “confisco cambial”. Em consequência, as empresas industriais brasileiras passaram a ter uma grande desvantagem competitiva e o país entrou em grave e prematura desindustrialização.

Em 1990, enfraquecido pela grande crise da dívida externa e pela alta inflação inercial o Brasil rendeu-se ao liberalismo econômico e ao Ocidente que havia se tornado dominante nos dez anos anteriores. Estabilizou os preços, mas não voltou a crescer. A partir do segundo governo Lula, Eli Diniz e Renato Boschi, e eu também, apostamos na possibilidade de voltar a se formar um novo pacto popular-nacional e o país voltar a realizar o alcançamento. Enganamo-nos. Nem o governo do PT nem as elites empresariais se mostraram à altura do desafio representado pela definição de uma nova estratégia nacional de desenvolvimento voltada para a exportação de manufaturados. Eu, além de apostar no projeto desenvolvimentista, tive oportunidade de, juntamente com um grupo crescente de amigos economistas e cientistas políticos, formular um novo quadro teórico – o novo desenvolvimentismo – em substituição ao desenvolvimentismo clássico. Mas até agora isso de nada serviu. Economistas, empresários industriais e lideranças sindicais estão presos a velhos esquemas e se revelam incapazes de pensar de maneira nova para enfrentar os novos desafios que o Brasil hoje – um país democrático de renda média – enfrenta. Meus dois queridos amigos deram sua contribuição para essa luta, mas foi em vão. Em 2015 o Brasil entrou em uma crise financeira e em profunda recessão da qual se aproveitaram elites políticas liberais dependentes e políticos oportunistas de centro para derrubar o governo e embarcar em uma aventura liberal radical visando reduzir o tamanho do Estado

e assim desmontar o Estado social que construímos desde a transição democrática e Constituição de 1988.

Para onde vai o Brasil hoje? Não sei; ninguém sabe. Este livro é uma homenagem de seus alunos à obra de dois notáveis cientistas políticos. Nele Eli Diniz e Renato Boschi mostraram de maneira admirável como ocorreram as relações entre a sociedade e o Estado desde os anos 1970. E como a ciência política internacional e nacional pensou essas relações e os auxiliou a pensar. Foram observadores rigorosos, mas não pretenderam ser “neutros”. Pensaram o Brasil de um ponto de vista social-democrático e desenvolvimentista, e de maneira independente e republicana.

*Luiz Carlos Bresser-Pereira*

## BIBLIOGRAFIA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli.

Empresariado industrial, democracia e poder político. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.84, p.83-99, 2009.

DINIZ, Eli.

Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. *Dados*, Rio de Janeiro, v.38, n.3, p.385-415, 1995.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato.

Estado e sociedade no Brasil: uma revisão crítica. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n.1, p.9-34, 1977.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato.

O corporativismo na construção do espaço público. In: Boschi, Renato (Org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Luperj; Rio Fundo, 1991. p.11-29.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato.

Associativismo e trajetória política do empresariado brasileiro na expansão e declínio do Estado desenvolvimentista. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, v.5, p.48-81, 2002.